

DOSSIÊ

JORNALISMO CRÍTICO- EMANCIPATÓRIO E ÉTICA MARXISTA:

a práxis noticiosa contra a ordem do
capital



RAFAEL BELLAN RODRIGUES DE SOUZA

*Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – Espírito Santo –
Brasil*

ORCID: 0000-0003-0165-2927

DOI: 10.25200/BJR.v20n1.2024.1611

Recebido em: 31/03/2023

Desk Review em: 17/04/2023

Editor de Desk Review: Rogério Christofoletti

Revisado em: 01/01/2024

Aprovado em: 04/01/2024

Como citar este artigo: Souza, R. B. R. CRITICAL-EMANCIPATORY JOURNALISM AND MARXIST ETHICS: the praxis of news against the order of capital. *Brazilian Journalism Research*, 20(1), e1611. DOI 10.25200/BJR.v20n1.2024.1611

RESUMO – O artigo defende a necessidade de aproximação entre a proposta de jornalismo crítico-emancipatório de Adelmo Genro Filho (2012) e os debates no interior da ética marxista. De natureza teórico-conceitual, são apresentados aportes para, na esteira dos fundamentos ontológicos que sustentam uma Teoria do Jornalismo, contribuir para o desenvolvimento, necessariamente coletivo, prático e engajado, da práxis noticiosa. A práxis ética como guia da práxis noticiosa colocam-se, não obstante, como enfrentamento e só são possíveis ao se assumir um lugar na luta de classes em andamento. Isso exige o retorno do sujeito histórico como agente do processo de metabolismo social, mobilização que pode contar com o papel formador do jornalismo crítico-emancipatório, mas que depende também de um amplo movimento renovado que coloque na ordem do dia outra forma de vida coletiva.

Palavras-chave: Teoria do jornalismo. Ética. Marxismo.

CRITICAL-EMANCIPATORY JOURNALISM AND MARXIST ETHICS: the praxis of news against the order of capital

ABSTRACT – The article defends the need for approximation between Adelmo Genro Filho's proposal of critical-emancipatory journalism (2012) and the debates within Marxist ethics. Of a theoretical-conceptual nature, contributions are presented to, in the wake of the ontological foundations that support a Theory of Journalism, add to the necessarily collective, practical, and engaged development of news praxis. Ethical praxis as a guide for news praxis is, however, a confrontation and is only possible when taking a stand in the ongoing class struggle. This requires the return of the historical subject as an agent of the process of social metabolism, a mobilization that can count on the formative role of critical-emancipatory journalism, but which also depends on a broad renewed movement that places another form of collective life on the agenda.

Key words: Journalism theory. Ethic. Marxism.

PERIODISMO CRÍTICO-EMANCIPATORIO Y ÉTICA MARXISTA: la praxis informativa contra el orden del capital

RESUMEN – El artículo defiende la necesidad de aproximación entre la propuesta de periodismo crítico-emancipador de Adelmo Genro Filho (2012) y los debates en el seno de la ética marxista. De carácter teórico-conceptual, se presentan aportes para a raíz de los fundamentos ontológicos que sustentan una Teoría del Periodismo, contribuir al desarrollo necesariamente colectivo, práctico y comprometido de la praxis informativa. La praxis ética como guía para la praxis noticiosa es, sin embargo, una confrontación y sólo es posible cuando toma un lugar en la lucha de clases en curso. Esto requiere el retorno del sujeto histórico como agente del proceso de metabolismo social, una movilización que puede contar con el papel formador del periodismo crítico-emancipador, pero que también depende de un amplio movimiento renovador que pone en juego otra forma de vida colectiva. la agenda.

Palabras clave: Teoría del periodismo. Principio moral. Marxismo.

1 Introdução

O texto visa refletir sobre a imprescindível aproximação entre a proposta de jornalismo crítico-emancipatório inspirado na teoria de Adelmo Genro Filho (2012) e os debates no interior do campo marxista sobre a ética, com especial atenção para as formulações lukacsianas. De natureza teórico-conceitual, este artigo apresenta alguns aportes para, na esteira dos fundamentos ontológicos que sustentam uma Teoria do Jornalismo, contribuir para o desenvolvimento, necessariamente coletivo, prático e engajado, da práxis noticiosa em tempos de crise (Souza, 2018; Christofoletti,

2019), sem desconsiderar que ela está imbricada na “condição universalmente manipulada da sociedade na era do capitalismo altamente desenvolvido” (Lukács, 2012, p. 84).

Abre-se com essa reflexão as possibilidades de se pensar e de se produzir um jornalismo de outro tipo, motivado por uma ideologia emancipatória e antiburguesa, “indispensável ao aprofundamento da relação entre indivíduo e o gênero humano nas condições da sociedade futura” (Genro Filho, 2012, p. 11). Nesse sentido, recuperamos a tradição marxista para desenvolver o jornalismo em uma acepção crítica, demonstrando como ela pode engajar um jornalismo posicionado, em um ativismo que, diferentemente da defesa política argumentativa de uma posição política fechada, mira nos aspectos singulares da realidade uma cartografia capaz de expor a situação concreta da luta de classes.

A questão sobre a relação entre o materialismo histórico e as investigações sobre o jornalismo no Brasil tem maior expressão nos anos 80, com as obras de Genro Filho (2012) e Marcondes Filho (2009). Não obstante, para Figueiredo (2020) essa vertente crítica torna-se periférica nos anos 90 frente à hegemonia das teorias norte-americanas, com destaque para o newsmaking. Na virada do século XXI, todavia, há um retorno ao marxismo, em especial no diálogo com a chamada Economia Política da Comunicação (EPC), buscando entender o mundo do trabalho dos jornalistas, mas também os desafios do conhecimento em um momento de grave crise planetária. “A EPC estaria atenta a relações de poder envolvidas na produção e no consumo de bens simbólicos, ou seja, questões pertinentes ao trabalho cultural, concentração de conglomerados midiáticos e hegemonia” (Figueiredo, 2020, p. 108). O jornalismo ganha um espaço importante nessa corrente, até porque, como aponta Daros (2022) os recursos da mídia noticiosa também podem ser analisados enquanto relações de poder que atravessam a produção, distribuição e consumo da mercadoria notícia.

A leitura crítica do “chão de fábrica” da produção noticiosa, que apresenta em muitas pesquisas os contornos ideológicos da produção, bem como as lógicas produtivas da mercadoria noticiosa, são relevantes, pois descortinam as engrenagens da imprensa. Os estudos do mundo do trabalho dos jornalistas, as reflexões sobre identidade profissional e as gramáticas da precariedade dos jornalistas têm revelado as determinações substantivas dos ataques desferidos ao trabalho em prol do capital. Destacam-se nas pesquisas

recentes (que se apoiam no marxismo) os estudos sobre o mercado e os modelos de negócios, os processos de trabalho e perfis dos repórteres, as coberturas realizadas e suas contradições ideológicas e a própria relação entre marxismo e jornalismo, que resgatam conceitos como hegemonia e práxis da tradição marxista (Figueiredo, 2020). O exame de temas como a arte e a cultura, em dívida com a tradição dos estudos culturais britânicos, na esteira de Williams (2011) são expressivos, enquanto a leitura mais detida a Lukács (2012) e Gramsci (2004) tem trazido um detalhamento maior sobre a especificidade das formas de conhecimento e seus desafios para a luta de classes. Em síntese, ganham destaque no Brasil pesquisas que tratam tanto da temática econômica associadas ao marxismo (Martins, 2020; Brittos & Bolão, 2005; Dantas et al., 2022), e também as instigantes reflexões em torno do binômio comunicação-trabalho (Figaro, 2008), assim como as nuances críticas da hegemonia midiática (Moraes, 2016) e possíveis alternativas (Bastos, 2022). Um prisma dialético focado na interpretação do jornalismo anima os trabalhos de Pontes (2015) e Moretzsohn (2007).

Na direção lukacsiana, entendemos que o debate epistemológico do jornalismo ganha contornos críticos quando alicerçado em uma ontologia do ser social, que vislumbra as categorias centrais da existência do ser na vida em sociedade. Como explicitam Marx e Engels (2007), o ser humano produz sua realidade material por meio das relações sociais existentes. Assim, não seria a consciência dos seres humanos que determinaria seu ser, mas o seu ser social que determinaria a sua consciência. “A tese central é a de que o processo de trabalho, modelo de práxis, instaura a relação sujeito/objeto, fundando a teleologia (a determinação e a previsão da finalidade, dos objetivos, inexistente na natureza), de que decorre a alternativa da liberdade (categoria específica e só pertinente ao ser social)” (Netto, 2023, p. 77).

Persistir na dimensão dos fundamentos ontológicos do jornalismo nos convoca a driblar as tendências que buscam sedimentar leituras particularistas e utilitaristas do exercício jornalístico, bem como a nova (recauchutada) tendência ao subjetivismo e relativismo, que procura hipostasiar na experiência afetiva do repórter, ou das fontes, uma entificação da subjetividade espontânea (Moraes, 2022) como único órgão capaz de explicar o ser humano e a realidade social. As teorias ligadas ao tema do “mundo da vida”, de clara inspiração fenomenológica (Ianni, 2003), desenham um paradigma

epistemológico concentrado nas percepções subjetivas e experiências absorvidas individualmente, na maior parte das vezes ignorando ou silenciando-se sobre as causalidades históricas concretas das contradições sociais produzidas no interior da sociedade capitalista¹. Essas teorias de corte fenomenológico assumem o ativismo e as intencionalidades dos repórteres, mas desfazem a natureza do tipo de conhecimento do jornalismo, ou seja, a peculiaridade em expressar os aspectos singulares da realidade concreta.

Distorções teóricas desse tipo contribuem para a ampliação de formas irracionalistas (Lukács, 2020) de produção noticiosa. Nelas, há uma dificuldade em compreender a “(...) especificidade do homem como síntese dos diversos níveis de sua existência objetiva e subjetiva, isto é, de sua natureza biológica, antropológica e, sobretudo, histórica (econômica, cultural, política, ideológica e ética) (...)” (Genro Filho, 2012, p. 79). Há uma fundamentação tanto objetiva, quanto subjetiva, na práxis noticiosa, “tanto em relação ao conteúdo com o qual trabalha (os fatos sociais) como pela forma de apreensão e transformação desse conteúdo (o trabalho dos jornalistas em transformar fatos sociais em fatos jornalísticos)” (Pontes, 2015, p. 363).

Assim, a perspectiva ativista e militante dos jornalistas não pode ser hipostasiada na compreensão do jornalismo como uma modalidade de conhecimento específica, mas compreendida em sua relação dialética e histórica concreta com a realidade social e suas dimensões objetivas. O que não significa adentrar na superada e neopositivista (Lukács, 2012) afirmação de uma objetividade neutra com legalidades próprias sem intencionalidades, e sim a defesa da subjetividade em sua potência transformadora, afinal, fazemos história, mas em circunstâncias que não escolhemos (Marx, 2011a). Como diz Kosik (2002), uma das principais influências de Genro Filho (2012), o ser humano reflete e projeta a realidade ao mesmo tempo, planeja, antecipa, intervêm, é receptivo e também ativo, ser de práxis, capaz de objetivar-se e também ser obra de um mundo produzido coletivamente. Por se tratar de uma dimensão relacionada a práxis social voltada ao papel de conectar indivíduos singulares aos seus desafios humano-genéricos, o jornalismo exige uma postura moral e ética ligada a essa potencialidade.

Mesmo reconhecendo a importância dos norteamentos referenciais dados na cristalização de um conjunto de normas concretas em uma deontologia profissional (como o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros), que como em outras categorias ganha

expressão formal em códigos e princípios estatutários, a reflexão ética se direciona a ser instrumento reflexivo sobre “o mundo moral como objeto de relações axiológicas entre indivíduos, grupos e sociedades” (Karam, 1997, p. 33). Uma ética procura, desta feita, debater, problematizar, investigar e alterar os sentidos em torno dos valores morais, municiando a consciência dos sujeitos (no caso, ligados a uma práxis de produção de conhecimento cristalizado nos aspectos singulares da realidade) com fundamentos que sustentem as decisões, conduzindo e alimentando as justificativas para que a responsabilidade ética dos repórteres seja encaminhada em um sentido humanizador e emancipatório.

Busca-se, então, aprofundar a análise crítica da ação moral dos jornalistas, o que coloca o imperativo de intervenção consciente nas causalidades dadas no sistema de metabolismo social do capital (Mészáros, 2002), fator necessário para reposicionar os “pressupostos ontológicos e ideológicos que orientam a produção da notícia” (Genro Filho, 2012, p. 203). Decidir pela mudança social radical da sociabilidade hegemônica demanda o conhecimento sobre os processos que estão em curso no metabolismo do capital, ou seja, a compreensão mais fiel dos fundamentos dessa ordem para saber o que fazer, como inserir, pelos pores teleológicos, novos rumos para as tendências em curso.

A práxis noticiosa em prisma crítico emancipatório demanda uma práxis ética de outro tipo. Desta feita, o conhecimento, seja científico ou filosófico que ancora a ética, não pode ser visto apenas como um conjunto de categorias teóricas, mas como formas e modos de existência, abstrações reais que alicerçam a prática humana em sua relação com o ser genérico. A realização das atividades jornalísticas, entendidas com Genro Filho (2012) como uma práxis noticiosa, dependem da práxis ética como “crítica da moral dominante e prática da defesa de direitos e valores emancipatórios” (Barroco, 2010, p. 17). Como pôr teleológico secundário (Lukács, 2013; Pontes, 2015), o jornalismo depende da prévia ideação de uma leitura sobre a realidade e sobre a humanidade.

Entendido como um produto elaborado para atender uma necessidade social construída historicamente, a notícia é uma objetivação que se espraia pela vida cotidiana, possuindo reais mediações entre o relato singular que carrega e as dimensões humano-genéricas de uma totalidade aberta (Kosik, 2002). Como apontam Genro Filho (2012) e Karam (1997), é o conteúdo universalizador do

jornalismo que pode ampliar o conhecimento e a liberdade humana; a singularidade como eixo do conhecimento proporcionado pela práxis noticiosa, quando orientada por outro ângulo ideológico, apreende a realidade de forma não reificada.

Cimentar o jornalismo em sua vinculação ontológica coloca aos pesquisadores e demais interessados nessa práxis a exigência de construir “uma relação dialética entre o aspecto histórico transitório do fenômeno e sua dimensão histórico-ontológica” (Genro Filho, 2012, p. 23). No caso da ética, como veremos aqui, o horizonte em tela é a conexão entre as ações dos indivíduos com as exigências dadas na sociedade contemporânea e os atributos humano-genéricos determinados por ela. Essa direção demanda dos jornalistas (e revolucionários) uma ética emancipatória e uma práxis noticiosa orientada para a transformação social. Mas antes de esmiuçar tais categorias, uma breve cartografia do mundo do trabalho dos jornalistas pode auxiliar a compreensão do solo concreto dos desafios e dos obstáculos do jornalismo crítico-emancipatório no contexto atual.

2 Trabalhadores jornalistas

O sistema sociometabólico do capital (Mészáros, 2002) manifesta na contemporaneidade uma aparência contingente de capitalismo de plataforma (Srnicek, 2018), nomenclatura que tem afinidades com as noções de capitalismo big data (Fuchs, 2019) e capitalismo comunicativo (Dean, 2021), com eco no complexo de datificação e controle bem documentado por Zuboff (2021) na popularizada expressão capitalismo de vigilância. Todavia, o capital ainda deve ser entendido como um “motor econômico e suas racionalidades econômicas irracionais associadas” (Harvey, 2016, p. 246) e suas tecnologias (informacionais) tornam-se território da plataformização do trabalho (Grohmann, 2020), tendência que também assola o jornalismo no século XXI. Fica cada dia mais nítido que as tecnologias informacionais, em vez de auxiliarem e dinamizarem a atividade laboral, como muitos tecnoutopistas do início do século acreditavam, têm uma aplicabilidade que intensifica a exploração do trabalho, visto que aumenta o espaço de controle e vigilância sobre o tempo de vida dos repórteres. “No capitalismo contemporâneo, toda a sociedade está sendo espoliada de recursos e riquezas extraídos da ciência e da tecnologia, dos patrimônios

culturais nacionais, dos direitos públicos e sociais, até mesmo do material genético e da reprodução biológica, por força dos direitos de propriedade intelectual” (Dantas et al., 2022, p.14).

O jornalista sofre a intensa proletarização que ataca as profissões mais intelectualizadas e compõe a classe trabalhadora ampliada que se expande mundialmente, submetido ao modo de produção capitalista enredado pelas máquinas informacionais e seus algoritmos programados para a colonização de dados digitais (Lippold & Faustino, 2022). A atividade jornalística profissional tem sido absorvida pela estrutura informacional das plataformas digitais, tanto na esfera da produção quanto da circulação. A gestão das plataformas sobre o complexo jornalístico está presente no fato delas controlarem as regras do jogo, já que sua mediação pode potencializar ou arruinar a distribuição dos materiais, tornando-se uma despótica infraestrutura para os negócios comunicativos. Ocorre uma reorientação das organizações jornalísticas, principalmente do controle sobre o trabalho, alterando as formas mais rígidas de linha de montagem para uma engenharia super flexível, que reorganiza as condições de trabalho e as rotinas produtivas.

Dados revelados pelo Perfil do Jornalista Brasileiro (Barros et al., 2023) mostram que a renda média de 60% dos jornalistas é menor do que 5,5 mil reais por mês e que as condições de saúde deterioraram nos últimos anos. Além disso, 24% dos trabalhadores têm vínculos precários de contratação (sem carteira assinada e direitos trabalhistas). Com a reforma trabalhista e previdenciária capitaneada em 2017 no país (e jamais revogada), os jornalistas padecem – junto aos trabalhadores brasileiros – com o esfacelamento dos parâmetros legais públicos que regulamentam as relações de trabalho. Os mais diversos territórios do trabalho acabam “[...] potencialmente convertidos em geradores de mais-valor, desde aqueles que ainda mantêm laços de formalidade e contratualidade até os que se pautam pela aberta informalidade, na franja integrada do sistema” (Antunes, 2018, p. 67).

A crise mundial do trabalho é particularizada no segmento dos trabalhadores da informação como uma nova forma de racionalidade global que encarcera os jornalistas no receituário neoliberal que se tipifica com a mediação das plataformas, um ethos mais próximo do autogerenciamento subordinado (Abílio, 2019), figura que se assemelha ao chamado empreendedor de si mesmo. Assim, sucesso e fracasso tornam-se responsabilidade das escolhas individuais dos

sujeitos em um falseamento ideológico das circunstâncias mais amplas e universais que determinam sua forma de existência.

A valorização do valor dessa produção é claramente resultante de um trabalho social, coletivo, complexo e combinado (Antunes, 2018). Assim, informalidade, flexibilidade e precariedade são características universais da classe trabalhadora que incidem na particularidade do trabalho jornalístico. Há uma desespecialização e flexibilização da atividade nesse cenário digital de plataformas do capitalismo financeiro e as multitarefas desenvolvidas pelos jornalistas têm chacoalhado os códigos deontológicos e o saber-fazer do jornalismo convencional. As rupturas com as determinações profissionais, muitas ensinadas nos cursos de formação, atestam também o movimento do capital em crise estrutural (Mészáros, 2022) que apresenta como seus epifenômenos mais nítidos o desemprego estrutural e a barbárie social, além da corrosão ambiental, já delimitada por alguns como uma nova era, ao qual a atividade capitalista desenvolvida por um tipo de metabolismo social (mediações de segunda ordem²) coloca em risco a vida humana no globo. Seria uma espécie de policrise, termo que “(...) indica que o modo de produção capitalista está se defrontando com diversas tensões disruptivas simultâneas: econômica (inflação e recessão); ambiental (clima e pandemia); e geopolítica (guerra e divisões internacionais)” (Roberts, 2023, s/n).

3 Práxis noticiosa

O jornalismo entendido como modalidade social de conhecimento cristalizado nos aspectos singulares da realidade tem profunda relação com as formas criadas na história da humanidade para compreender a natureza e a si mesma. Diferente da arte (voltada ao particular, expressão de um conhecimento antropomorfizador da realidade) e a ciência (que mira no universal, tratando de aspectos desantropomorfizadores da objetividade social) (Lukács, 2018), o jornalismo surge como um saber que mimetiza os fatos sociais, com ponto de chegada na apresentação social do singular (nunca desconectado da totalidade ampla a que faz parte, a saber, o particular e o universal). Genro Filho (2012) defende com base em Marx (2011b) que o conhecimento vai do abstrato ao concreto, do singular para o universal, da forma ao conteúdo. O teórico marxista

gaúcho afirma que “(...) o relato exige uma forma de conhecimento que, em alguma medida, implica a revelação de sua essência. Ou seja, do significado que emana das suas relações com a totalidade do complexo econômico, social e político onde está situado” (Genro Filho, 2012, p. 46).

O jornalismo consegue atingir seu objetivo de compreender o mundo quando avança para além da aparência reificada dos fatos e consegue investigar as conexões entre o fenômeno e a essência, expondo, sempre a partir do singular, as engrenagens existentes entre os acontecimentos e a história humana em processo, com seus condicionantes materiais e contradições.

A compreensão da informação jornalística sob outro ângulo ideológico, ou seja, como apreensão de uma realidade não reificada, reconhecendo seu processo dialético e apostando em suas melhores possibilidades, exige que o mundo seja entendido como produção histórica em que se constroem e se revelam sujeito e objeto. Exige uma perspectiva revolucionária (Genro Filho, 2012, p. 228).

Demarca-se, desse modo, a relevância ontológica e epistemológica da práxis noticiosa para a humanidade, em especial neste momento de aprofundamento de uma crise civilizatória, bem documentada nas graves contradições (fundamentais, mutáveis e perigosas) percebidas e detalhadas por Harvey (2016). Para o sujeito produtor da notícia, cobra-se o compromisso “tanto com o futuro ontológico da humanidade quanto a compreensão epistemológica desse processo em forma e conteúdo” (Karam, 1997, p. 49). Essa postura também implica em outra leitura sobre a noticiabilidade, pois, “a notícia recebe maior importância quanto mais estiver vinculada a acontecimentos que signifiquem a transformação da conjuntura histórica” (Pontes, 2015, p. 306).

Um dos critérios principais para a seleção das notícias seria então as relações objetivas dos eventos com a totalidade social concreta. “Então, se o singular é a matéria-prima do jornalismo, a forma pela qual se cristalizam as informações que ele produz, o critério de valor da notícia vai depender, (contraditoriamente) da universalidade que ela expressar. O singular, portanto, é a forma do jornalismo e não o seu conteúdo” (Genro Filho, 2012, p. 80).

Quando a produção noticiosa consegue visualizar conexões que aprofundam a mera apreensão cotidiana fenomênica, escapando da armadilha ideológica da significação meramente funcional da vivência social direta, ela torna-se uma notícia crítica, capaz de apanhar

os fatos para além de sua relação automática com a reprodução social capitalista. Trata-se de uma práxis, uma ação materialmente sedimentada, tensão entre subjetividade e objetividade.

A práxis expressa a síntese mais profunda da relação entre o homem e o universo, na medida em que capta tanto a diversidade como a unidade, de um ângulo ontologicamente superior, ou seja, do ângulo da apropriação crescente do mundo natural pela atividade e o pensamento humanos. (Genro Filho, 2012, p. 78).

O jornalismo crítico-emancipatório seria aquele que não se perde na imediatividade do real, mas que investiga as conexões e mediações mais significativas do mundo, apreendendo as possibilidades encravadas nas contradições dadas no contexto histórico. Uma práxis noticiosa que busca “captar as relações entre os fenômenos sociais inscritos em uma totalidade em movimento” (Bensaïd, 2013, p. 160). Esse tipo de conhecimento depende da perspectiva ativa do jornalista, pois ele cobra uma tomada de posição diante dessas possibilidades.

De um lado, em virtude da propriedade privada dos meios de comunicação e da hegemonia ideológica da burguesia, o jornalismo reforça a cosmovisão dominante. De outro, a apreensão e reprodução do fato jornalístico podem estar alicerçados na perspectiva de uma cosmovisão oposta e de uma ideologia revolucionária (Genro Filho, 2012, p. 222).

Entendendo que as significações do mundo orientam as práticas ideológicas e, assim, os conflitos em andamento na realidade social, vemos que o jornalismo é parte da disputa das representações do mundo, gerando efeitos concretos na processualidade histórica. Ligadas a uma determinada concepção dos ser, as representações ontológicas influenciam a práxis social da humanidade e se relacionam às disputas de poder. Uma direção crítica marxista para a reprodução dos fatos jornalísticos circula pela constelação da rejeição ontológica ao modo de existência capitalista, pois, sem ela, não é possível articular figurações de mundo capazes de minimamente abalar essa ordem.

Isso torna-se uma potencialidade histórica ao compreendermos que o jornalista é parte da classe trabalhadora e, portanto, sujeito ativo da luta de classes, mesmo que ainda não o saiba. Dean (2022) analisa que as revoltas mais relevantes da última década foram expressão da luta de classes dos proletarizados do capitalismo comunicativo. Esses, que seriam os trabalhadores do

conhecimento, produtores de informação do circuito de exploração digital, enfrentam a situação precária de suas vidas posicionando-se para a rebeldia, ainda que difusa, contra a estrutura social. Ser parte do movimento da classe trabalhadora, em seus processos de luta, é um imperativo das transformações (objetivas e subjetivas) capazes de potencializar a formulação das mudanças substantivas necessárias. Hirst (2011) afirma que a ideologia do profissionalismo muitas vezes impede os jornalistas de reconhecerem a sua própria localização de classe (como trabalhadores) e, assim, perdem de vista seus reais interesses. O jornalismo crítico-emancipatório é uma práxis noticiosa que coloca tais trabalhadores diante de seu desafio histórico contra a catástrofe capitalista.

Além disso, com a análise da situação concreta (expressa por esse jornalismo) é que se pode movimentar as táticas possíveis dentro de uma estratégia de superação do modo de vida imperante. É um jornalismo que traz a necessária expressão singular dos fenômenos históricos situados substantivamente na práxis humana. Genro Filho (2012) demonstra que a apreensão da realidade mais imediata por uma perspectiva revolucionária produz uma singularidade que se afasta da relação meramente funcional com a sociedade capitalista. Assim, a notícia crítica pode proporcionar uma quebra da leitura conservadora normalmente atrelada a montagem do senso comum hegemônico, refém de uma significação meramente espontânea do universo social. Isso ganha proporções maiores com o advento de um território digital que favorece em suas infovias a circulação de “fake news”, de boatos e que lucra com a intensidade de afetos como ódio e medo, o que recoloca o papel do jornalismo crítico como uma questão emergencial (Hirst, 2011).

No jornalismo crítico-emancipatório, a orientação ideológica persegue outras figurações de mundo (e outros valores éticos, como demonstraremos a frente) que tendem a ser articuladas à negação da ordem de produção do metabolismo social do capital (sistema inerentemente racista e patriarcal, é bom lembrar). Mézáros (2004) apresenta a noção de que a ideologia seria a consciência prática inevitável das sociedades classistas, realizando processos de conscientização dos conflitos materialmente fundados e os direcionando para o enfrentamento. O poderio da hegemonia capitalista na definição e hierarquização de modos de vida articula-se às suas estratégias ideológicas, e direciona sua cosmovisão de sustentação do modo de produção do capital nas formas de conhecimento.

Genro Filho (2012) traz esse ponto em sua análise dos pressupostos ideológicos e ontológicos que orientam a práxis noticiosa, criticando a tendência do jornalismo convencional em expressar a imediaticidade confirmadora do status quo. Mas ao trazer ontologicamente o tema do conhecimento concreto – que a produção noticiosa também carrega enquanto potência – abre-se a possibilidade de outro jornalismo possível e necessário. O jornalismo pode então se orientar por uma ideologia emancipatória que se ocupa da mudança das condições de existência, “através da qual a estrutura de motivação necessária para a transformação de ‘toda maneira de ser’ dos indivíduos sociais é definida e constantemente redefinida” (Mészáros, 2004, p. 329).

Ligado ao presente histórico, esse trabalho jornalístico de apuração e investigação das múltiplas determinações que definem os fatos como concretos, segue a cosmovisão ideológica emancipatória e também se orienta por uma razão crítica. A consciência dos repórteres orientados pela ideologia emancipatória pode se nortear pela interpretação dialética desse presente, visto em suas processualidades abertas de transformações.

A interpretação dialética da história, da realidade social vista em sua historicidade, implica possibilidades de apreensão dos nexos e movimentos, das configurações e tensões com as quais se forma, conforma e transforma a realidade social em sua complexidade, seus dilemas e seus horizontes. (Ianni, 2003, p. 345).

Cria-se com essa necessidade social nova, mas genuína, a exigência de uma postura ética para atendê-la. Todavia, por mais que existam decisões específicas do fazer jornalístico, uma reflexão da moral que simplesmente reduzisse seu escopo a regras de conduta tornaria a ética um discurso idealista, incapaz de garantir as mediações, aqui e agora, para a direção de pores teleológicos voltados a emancipação humana. Do ponto de vista marxista, “a ética é uma parte, um momento da práxis em seu conjunto” (Lukács, 2009, p. 72).

Semelhante ao exame do papel do artista exposto por Albinati (2014), o repórter sempre toma posição perante a realidade, assim, a autocompreensão dos sujeitos em relação a sua realidade tem uma dimensão ética que lhe serve de suporte. Há uma inseparabilidade entre a subjetividade e a vida prática, a notícia crítica e emancipatória teria a finalidade de mobilizar tanto o repórter quanto seu público em direção a uma elevação do “homem inteiro” para o “homem inteiramente”. “Uma base da ética marxista é o reconhecimento de que

a liberdade consiste na necessidade tornada consciente. Intimamente vinculado a isto é o fato de os homens se sentirem parte do gênero humano” (Lukács, 2009, p. 75).

O jornalismo proporciona o acesso do indivíduo à matéria histórica conjuntural que lhe apresenta os desafios de construção coletiva de possibilidades, municiando uma compreensão que mapeia escolhas possíveis. É uma atividade claramente associada a moral, já que escolhas dos jornalistas podem incidir nas decisões dos sujeitos sociais. Destarte, o foco no desmascaramento dos interesses dos agentes e dos grupos sociais de poder envolvidos nas dinâmicas dos fatos; o olhar histórico crítico sobre as causas internas essenciais dos processos sociais, a descrição atenta do território das conflitualidades em paralelo a compreensão das particularidades que englobam os eventos singulares, inscrevendo os fenômenos em uma totalidade em movimento, são elementos que podem sinalizar o empreendimento crítico emancipatório de práxis noticiosa. A luta de classes torna-se a direção consciente da cartografia do território dos conflitos, entendendo o concreto como resultante de múltiplas determinações que devem ser conhecidas para os enfrentamentos que os subalternos precisam pautar em suas vidas.

A subjetividade mobilizada nas ações dos repórteres para materializar essa forma de apropriação da realidade está atravessada por valores ideológicos e posições morais, o que coloca o debate sobre as possibilidades de uma ética marxista como um elemento que pode contribuir com a práxis noticiosa contemporânea em um contexto de crise generalizada. Acompanhando as impostações lukacsianas de Genro Filho (2012), que realizou um importante deslocamento da compreensão da estética para esmiuçar o jornalismo, entendemos a questão da subjetividade moralmente orientada e do espelhamento dialético que a práxis noticiosa pode proporcionar como temas organicamente associados. Como diz, provocativamente, Hirst (2021), “os jornalistas precisam abraçar sua própria subjetividade, mas (...) eles deveriam fazer isso abraçando o materialismo e a dialética – em resumo, os jornalistas precisam ser pensadores marxistas para fazer seu trabalho adequadamente” (p. 99).

A orientação ideológica subjetiva e a adesão a uma perspectiva política definem um modo de noticiar, é um pressuposto ideológico e ontológico que se relaciona com um compromisso ético. Mas, para isso, coloca-se o desafio da organização coletiva desses jornalistas, congregados a outros trabalhadores, pela luta (nas mais

diversas mediações) pela construção de um outro motor social para além do capital. O controle da produção pelos jornalistas e também as trincheiras nos diversos espaços e brechas dadas nos aparelhos privados de hegemonia (em especial a própria imprensa) pode ser uma tática importante nesse percurso. Tal resistência deve tocar também as bases estruturais do metabolismo do capital, bem como enfrentar as diretrizes capitalistas das plataformas digitais.

Cada vez mais estamos convencidos de que as necessárias mudanças estruturais que podem superar a hegemonia do capital precisam acontecer a partir de esforços fora das plataformas digitais, na organização dos aparelhos populares de hegemonia, na crítica à lógica do capital, que precede e orienta o funcionamento das plataformas. (Bastos, 2022, p. 15).

Para esse fim, coloca-se em destaque a demanda de se forjar uma “personalidade que é capaz de se compreender como parte atuante do processo de constituição do mundo humano, percebendo-o não como uma matéria inerte que lhe oferece resistência, mas como material a ser plasmado” (Albinati, 2014, p. 272). A autoconstrução do ser social encontra na ética uma práxis indispensável para a emancipação humana.

4 Práxis ética

Ivo Tonet (2007) aponta o quanto em nossa sociedade é disseminada a necessidade de um mundo justo e humano, mas que se evidencia uma fratura cada vez maior entre os valores éticos proclamados e a realidade objetiva. “Aspira-se a um mundo justo solidário e humano, mas parece que estes valores se tornam cada vez mais distantes” (p. 47). O temor se dá pelo atual movimento incontrolável do capital em conduzir a humanidade cada dia mais para a barbárie social e corrosão da vida afetiva da humanidade (Mészáros, 2002). Isso porque a incontrolabilidade do capital encontra no irracionalismo ideológico um bloco destrutivo que ameaça a cada dia mais a vida humana como a conhecemos.

Enquanto isso ocorre, amplia-se a dissociação entre as normas morais e a realidade dada, principalmente quando setores progressistas acreditam que se nos conscientizarmos de sermos “solidários, justos e pacíficos, o mundo se tornará *ipso facto* solidário, justo e pacífico” (p. 52). Ora, mesmo que todos os capitalistas fossem

éticos, mesmo assim ocorreria a extração do mais-valor (Marx, 2017), pois eles são personificações do sistema. Não se trata, portanto, de um problema moral, mas da substância do metabolismo que objetivamente delinea tais comportamentos. O erro está no fato de que na sociedade capitalista o indivíduo “acredita ser livre porque não enxerga as amarras sociais que condicionam seu pensamento e ação” (Grespan, 2021, p. 85).

A centralidade da sociabilidade capitalista está na produção de mercadorias e na reprodução do capital, quando princípios éticos invisibilizam essa contradição material (capital/trabalho), recaindo em formas transcendentais e subjetivistas, os valores proclamados caminham em lado oposto da tendência concreta de destrutividade da razão econômica imperante (Harvey, 2018). Tonet (2007) critica a perspectiva de humanização do capitalismo, quando os sujeitos sociais atuam disseminando valores morais pretensamente benéficos, mas que não realizam a crítica ontológica à maquinaria capitalista. “Toda a discussão que desconheça, passe ao largo ou não admita que a lógica do capital é o fundamento ontológico dessa forma de sociabilidade, é uma discussão estéril, falseadora e fadada ao fracasso” (Tonet, 2007, p. 57).

Os chamados realistas de esquerda (Dean, 2022) também tendem a minorar o debate social das determinações objetivas da ordem do capital. Dando prioridade a noções vagas de democracia e cidadania, direcionam-se às políticas de identidade, que muitas vezes cedem ao individualismo capitalista. Justo quando a solidariedade e a força coletiva transformadora são tão necessárias, reforça-se eticamente na sociedade neoliberal a figura do empreendedor em suas formas diversas. Esse indivíduo burguês recauchutado e ressemantizado passa por uma construção comandada pelo capital. “Suas subjetividades fluidas, híbridas e moveis aparecem como *loci* de liberdade, como se a singularidade delas fosse um atributo natural e não, ela própria, um elemento imposto, inscrito e tecnologicamente gerado a serviço do capitalismo” (Dean, 2022, p. 84). Sem a percepção da dialética existente entre economia, cultura e política, entre subjetividade e objetividade, sem compreender adequadamente as mediações concretas entre vida material e produção simbólica, o realismo de esquerda (Dean, 2022) falha em apontar saídas para a catástrofe do capital no século XXI.

Genro Filho (2012) também aponta para a falência da noção de cidadania, imaginária, não real, que apenas manifesta a igualdade

no âmbito formal, mas ignora as condicionantes substantivas da exploração e das opressões. Essa visão pretensamente “humanizadora” do capitalismo associa-se também ao determinismo tecnológico, que, por vezes, acredita que algumas reformas no território digital possam resolver os dilemas estruturais arquitetados na sociedade do capital.

Por longuíssimo tempo, esperou-se que acreditássemos que todos os nossos problemas se resolveriam alegremente pelo “desenvolvimento” e pela “modernização” socialmente neutros. A tecnologia deveria superar por si só todos os obstáculos e dificuldades concebíveis. Era, na melhor das hipóteses, uma ilusão imposta a todos que, no desejo de encontrar uma saída para seu próprio papel ativo no processo de decisão, mantinham a esperança de que grandes melhorias em suas condições de existência se realizassem do modo prometido. Tiveram de descobrir com amarga experiência que a panacéia tecnológica era um subterfúgio autovantajoso das contradições por parte daquele que empunhavam os timões do controle social. (Mészáros, 2007, p. 189).

Qualquer referência a uma filosofia moral marxista parece então se relacionar ao ponto de partida da negação, por princípio, da ordem de reprodução social do capital, o que também impõe a instituição de uma alternativa reprodutiva viável em longo prazo, que substitua o capital como sistema orgânico de mediação com a natureza. Tonet (2007) questiona o lugar da ética no marxismo, apontando que sempre ela será uma abstração, pois mesmo quando crítica, antecipa valores ainda não realizados. Contudo, para ele, há uma enorme diferença entre os princípios éticos pensados em continuidade com a sociedade capitalista daqueles pensados contra tal conjunto de mediações, apoiados na classe trabalhadora.

A ética marxista poderia ser vista então como uma práxis que aponta para outra forma de sociabilidade, em que ela possa se efetivar. Ela torna-se luta pela superação da ordem, pois agrega valores voltados à criação de novas práticas cotidianas. É quando a ética persegue um conhecimento totalizante e se apresenta como reflexão histórica que ela pode se direcionar “para a crítica da moral cotidiana, para o desvelamento da alienação moral, os fundamentos e o significado dos valores, para a apreensão das possibilidades de objetivação concreta das exigências éticas humano-genéricas” (Barroco, 2010, p. 83). A autora acredita que mesmo na sociedade de classes sempre há espaço para ações de contestação e de pores teleológicos capazes de outras objetivações morais. A práxis ética para ela se configura então como “(...) reflexão crítica e sistematização

teórica orientada por pressupostos sócio-históricos e dirigida a valores emancipatórios” (Barroco, 2010, p. 84).

Essa ética sabe de seus limites objetivos dados pelo sistema de metabolismo social do capital e suas mediações de segunda ordem (Mészáros, 2002), mas pode contribuir para ampliação de uma consciência social crítica, apontando para o enfrentamento das condições de barbárie intensificadas no século XXI e tecendo estratégias para a criação de um novo projeto societário. Heller (2008) sustenta que a mudança moral só pode se consolidar dentro de um movimento transformador, que altere a realidade material enquanto muda o próprio sujeito coletivo dessa revolução.

Essa ética mobilizando a práxis noticiosa pode colocar o sujeito que produz o objeto noticioso, mas também a sua audiência ativa, no rumo de uma conexão entre sua mera particularidade e a universalidade do gênero humano, fazendo-os se entender como pertencentes a essa esfera. Ela seria parte de uma práxis geral voltada a humanização da própria humanidade.

A importância do marxismo para a condução dessa ética capaz de ser mola propulsora de transformações pode ser mapeada pela sua atualidade frente aos problemas do presente.

O surgimento de enorme conglomerados financeiros e industriais, invertendo a lógica da concorrência do século XIX; o processo gradativo de substituição de mão de obra por máquinas cada vez mais sofisticadas; a irradiação da forma de mercadoria a quase todos os produtos e relações sociais; as crises econômicas recorrentes; a esfera política como manifestação de conflitos sociais redistributivos de propriedade e renda; o predomínio da especulação financeira sobre a criação de riqueza real, com a consequente projeção de todos os preços e expectativas para um futuro incerto: todos esses fenômenos são percebidos em germe pela interpretação de Marx em obras como *O Capital*. (Grespan, 2021, p. 10).

Também Sánchez Vazquez (2006) defende que há sim um espaço para a reflexão sobre a moral e a ética no marxismo. Ele aponta que para isso precisamos entendê-lo como uma filosofia da práxis, cujos aspectos principais seriam a crítica incessante ao existente; como um projeto societário de emancipação humana; como conhecimento da realidade e vocação prática em sua articulação indissociável; e como prática transformadora. Destaca-se a ideia de que só “a consciência da necessidade de realizar certos fins ou valores, mas também do dever de contribuir para realiza-los pode impulsionar a atuar, sem esperar vantagens ou benefícios, correndo

riscos e sacrifícios, em algumas situações extremas” (Sánchez Vazquez, 2006, p. 296). A ética marxista como práxis não pode se realizar sem interferir na prática, ela precisa expressar a “tomada de consciência do movimento que se humaniza a si mesmo e humaniza a humanidade” (Heller, 2008, p. 157). Fundamental na ética marxista é o desenvolvimento do movimento emancipatório que a tome como moral, pois sem ele tais princípios tornam-se uma doutrina estéril.

A realização da moral não é somente um empreendimento individual, mas também social, isto é, não somente processo de moralização do indivíduo e sim processo de moralização no qual influem, de maneira diversa, as diversas relações, organizações e instituições sociais. (Sánchez Vazquez, 2008, p. 233).

Os obstáculos materiais que se colocam diante dos jornalistas socialmente referenciados e comprometidos com a emancipação são a divisão do trabalho, a propriedade privada, a exploração da mais valia, os estranhamentos que afetam o mundo do trabalho e distorcem a reprodução social, e também as ideologias sustentadoras da ordem, guiadas pela necessidade de garantir a mercadoria “força de trabalho” do sujeito neoliberal, flutuante e flexível no território digital capitalista.

é hora de os jornalistas começarem a entender sua própria localização contraditória de classe e a descobrir que seus reais interesses estão na classe trabalhadora, não em seus pagadores burgueses. Se você pensar bem, economicamente jornalistas são proletários, são trabalhadores assalariados, alienados e explorados. Mas, ideologicamente, eles se alinharam historicamente com os interesses da classe dominante. (Hirst, 2021, p. 100).

A práxis ética como guia da práxis noticiosa coloca-se, não obstante, como enfrentamento e só é possível ao se assumir um lugar na luta de classes em andamento. Nesse ponto, temos que concordar com Russel (2016) de que o jornalismo é de fato uma prática estruturada nas disputas de poder, mas apontamos que a indignação e emoções subjetivas de paixão por uma causa não podem perder de vista a centralidade das engrenagens capitalistas das opressões e da exploração.

Portanto, um jornalismo verdadeiramente de combate se associa às correntes anticapitalistas, em movimentos e organizações que colocam a superação da ordem do capital como horizonte estratégico, fornecendo-lhe uma leitura concreta da situação concreta, expressando como conhecimento um retrato do presente em suas contradições, sinalizando os passos a serem percorridos,

sempre evitando atropelar a legalidade própria dos processos sociais com suas posições políticas. Afinal, a especificidade dessa tão importante e revolucionária forma de conhecimento está na abertura e na indeterminação do singular que, capturado pelo jornalismo, manifesta a autoprodução dos sujeitos históricos em um mundo em constante fazer.

5 Considerações finais

Entende-se com Genro Filho (2012) que o jornalismo, assim como a arte e a ciência, realiza uma importante mediação intelectual para o sujeito social, colocando-o como parte do gênero humano, enriquecendo sua vida cotidiana. As determinações significativas do singular apreendidas no jornalismo informativo, tornam-se, para o pensador gaúcho, o conduíte de uma vida ampla e plena de sentidos. Essa práxis noticiosa não se confunde com a imprensa, nem com as matrizes midiáticas que garantem sua circulação.

Por ser uma forma de conhecimento, o jornalismo apresenta-se como um dispositivo extremamente atual e importante do acesso do sujeito histórico “à imediaticidade do todo no qual está inserido” (Genro Filho, 2012, p. 232). A práxis noticiosa se espalha pela sociedade em diferentes formas e arranjos e pode encontrar na construção da consciência radical sobre a necessidade de mudanças estruturais uma perspectiva concreta de ética. Hirst (2021) parece reeditar o lema “socialismo ou barbárie” de Rosa Luxemburgo, defendendo uma mudança radical no entendimento do papel do jornalismo no cenário de expansão do irracionalismo em território digital capitalista, dizendo que a direção para uma perspectiva crítica emancipatória pode resgatar o jornalismo de sua crise. “O bom jornalismo precisa adotar uma visão de mundo materialista a fim de se salvar da lata de lixo da história” (Hirst, 2021, p. 99). O autor também atesta que a classe trabalhadora não desapareceu, questão tão bem registrada por Antunes (2018), e que o capitalismo ainda é o modo de produção predominante no mundo, sendo que a sociedade em rede, economia da informação, etc. são apenas a sua última manifestação.

Hirst (2011) argumenta que a proposta radical de intensificar o controle dos trabalhadores sobre a redação e sobre o processo de produção de notícias pode ser uma mediação inescapável do processo de luta. É possível defender que um

jornalismo da classe trabalhadora plenamente desenvolvido seria uma importante mola propulsora da consciência social. Afinal, interesse público deve ser compreendido como sinônimo do interesse coletivo do proletariado global. O jornalismo integral de Gramsci (2004) é um bom norte para a construção dessa práxis noticiosa, visto que mira a construção contínua das necessidades de informação da militância.

A práxis ética orientadora desse jornalismo só pode se materializar quando segue uma fundamentação ontológica totalizante – evidenciada pelo marxismo. Mais do que normas cristalizadas em códigos, o marxismo vê nos princípios éticos o mecanismo orientador de ações transformadoras. Essa práxis ética movimenta seus esforços no interesse de articular conscientemente os “intercâmbios reprodutivos não antagônicos de uma ordem societal qualitativamente diversa tanto como o objetivo e destino claramente identificados a ser alcançados e a bússola da jornada emancipatória levada a cabo já em e através do processo histórico em progresso” (Mészáros, 2009, p. 302).

Bensaïd (2008) elucida que longe de utópica, a emancipação não é um destino inscrito na processualidade histórica. “A dialética da emancipação não é uma marcha inevitável rumo a um fim garantido: as aspirações e as expectativas populares são variadas, contraditórias, frequentemente divididas entre uma exigência de liberdade e uma demanda de segurança” (p. 31). A função da política em sentido marxista consiste em articular tais esperanças e conjugá-las em um futuro histórico cujo fim é sempre incerto.

Tal projeto humanista exige o retorno do sujeito histórico, o “homem novo” (Guevara, 2020) como agente do processo de metabolismo social, mobilização que pode contar com o papel formador do jornalismo crítico-emancipatório, mas que depende também de um amplo movimento renovado, que coloque na ordem do dia um novo sistema de intercâmbio societário. Para isso, a negação radical da reprodução social destrutiva do capital é o imperativo máximo que deve guiar as ações e municiar os princípios éticos desses repórteres militantes, em todos os espaços possíveis, ampliando as fissuras cada vez mais visíveis de uma estrutura social que mostra cada dia mais seus sinais de esgotamento.

NOTAS

- 1 Jodi Dean (2021) analisa o ativismo de esquerda focado na figura dos chamados “sobreviventes” como expressão da incapacidade política de tal corrente. Para ela, eles recorrem a suas dores e traumas visando garantir a sobrevivência de suas identidades. O jornalismo subjetivista progressista se coloca como ferramenta para o combate radical das opressões, mas, sem a dimensão de classe, tal individualização alinha-se ao neoliberalismo progressista. O materialismo histórico tem larga tradição de estudos feministas e antirracistas, referências desconhecidas pela vertente pós-moderna de defesa ativista do jornalismo. Os trabalhos de Pinassi (2013), Vogel (2022) e Goldman (2014) são boas entradas para o debate feminista marxista, bem sintetizado também no manifesto de Arruzza et al. (2019). E sobre o combate ao racismo, ver Damasceno (2022) e Moura (2014).

- 2 Mészáros (2002) define as mediações de segunda ordem como os meios capitalistas de produção e suas personificações, como o dinheiro, a produção para a troca, o Estado burguês, o mercado. São mecanismos que subsomem a atividade produtiva essencial dos seres sociais e bloqueiam a plena emancipação humana, ou melhor, o reestabelecimento do vínculo ontológico entre homem e natureza, entendido como uma mediação de primeira ordem.

REFERÊNCIAS

- Abilio, L. C. (2019). Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, 18(3), 41-51. DOI: 10.5027/psicoperspectivasvol18-issue3-fulltext-1674
- Albinati, A. S. (2014). Lukács: A perspectiva ética no realismo crítico. In E. Vaisman & M. Vedda (Orgs.), *Arte, filosofia e sociedade* (pp. 257-274). Intermeios.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital*. Boitempo Editorial.
- Arruzza, C., Battacharya, T., & Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Boitempo.

- Barroco, M. L. S. (2010). *Ética: fundamentos sócio-históricos*. Cortez.
- Barros, J. V., Nicoletti, J., & Lima, S. P. (2023). *O trabalho de jornalistas no Brasil: desigualdades, identidades e precariedades*. Editora insular.
- Bastos, P. N. (2022). Hegemonia e engajamento em contexto de midiaticização e plataformização. *Liinc Em Revista*, 18(2), e6066. DOI: 10.18617/liinc.v18i2.6066
- Bensaïd, D. (2008). *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. Boitempo.
- Bensaïd, D. (2013). *Marx: manual de instruções*. Boitempo Editorial.
- Brittos, V. C., & Bolaño, C. (org.). (2005). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. Paulus.
- Christofoletti, R. (2019). *A crise do jornalismo tem solução?* Estação das Letras e Cores.
- Damasceno, W. M. (2022). *Racismo, escravidão e capitalismo no Brasil*. Editora Mireveja.
- Dantas, M., Moura, D., Raulino, G., & Ormay, L. (2022). *O valor da informação: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet*. Boitempo.
- Daros, O. (2022). Economia política do jornalismo no Brasil. *Triade: Comunicação, Cultura E Mídia*, 10(23), e022004. DOI: 10.22484/2318-5694.2022v10id4826
- Dean, J. (2021). Capitalismo comunicativo e luta de classes. *Lugar Comum—Estudos de mídia, cultura e democracia*, 0(61), 115-138. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/46542>
- Dean, J. (2022). *Multidões e partido*. Editora Boitempo.
- Fenaj. (2007). *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. Recuperado de www.fenaj.org.br.
- Figaro, R. (2008). *Relações de comunicação no mundo do trabalho*. Annablume.
- Figueiredo, C. (2020). Jornalismo, Marxismo e Economia Política da Comunicação: um Mapeamento em Periódicos Brasileiros de Comunicação e Informação no Século XXI. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura*, 22(3), 103–121. Recuperado de <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/13773>
- Fuchs, C. (2008). *Internet and society: Social Theory in the information age*. Routledge.

- Fuchs, C. (2019). Karl Marx in the Age of Big Data Capitalism. In: Chandler, D. and Fuchs, Christian (eds.) *Digital Objects, Digital Subjects: Interdisciplinary Perspectives on Capitalism, Labour and Politics in the Age of Big Data*, University of Westminster Press, pp. 53-71.
- Genro Filho, A. (2012). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Insular.
- Goldman, W. (2014). *Mulher, estado e revolução*. Boitempo.
- Gramsci, A. (2004) *Cadernos do cárcere*. Civilização Brasileira.
- Grespan, J. (2021). *Marx: uma introdução*. Boitempo.
- Grohmann, R. (2020). Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. *Revista Eptic*, 22(1), 106–122. Recuperado de <https://periodicos.ufs.br/epitic/article/view/12188>
- Guevara, E. C. (2020). *Che*. Expressão popular.
- Harvey, D. (2016). *17 contradições e o fim do capitalismo*. Boitempo.
- Harvey, D. (2018). *A loucura da razão econômica*. Boitempo.
- Heller, A. (2008). *O cotidiano e a história*. Paz e terra.
- Hirst, M. (2011). *News 2.0. Can journalism survive the internet?* Allen & Unwin.
- Hirst, M. (2021). A desinformação sob a ótica da Economia Política da Comunicação. *Revista Eptic*, 23(1), 91–108. Recuperado de <https://periodicos.ufs.br/epitic/article/view/15340>
- Ianni, O. (2003). A sociedade mundial e o retorno da grande teoria. In M. I. Lopes (Org.), *Epistemologia da comunicação* (pp. 331-345). Loyola.
- Karam, F. J. (1997). *Jornalismo, ética e liberdade*. Summus.
- Kosik, K. (2002). *Dialética do concreto*. Paz e Terra.
- Lippold, W., & Faustino, D. (2022). Colonialismo digital, racismo e a acumulação primitiva de dados. *Revista Germinal: marxismo e educação em debate*, 14(2), 56-78. DOI: 10.9771/gmed.v14i2.49760
- Lukács, G. (2009). *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Editora UFRJ.
- Lukács, G. (2012). *Para uma ontologia do ser social I*. Boitempo.
- Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social II*. Boitempo.
- Lukács, G. (2018). *Introdução a uma estética marxista*. Instituto Lukács.

- Lukács, G. (2020). *A destruição da razão*. Instituto Lukács.
- Marcondes Filho, C. (2009). *Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria*. Paulus.
- Martins, H. (2020). *Comunicações em tempos de crise*. Expressão Popular.
- Marx, K. (2011a). *18 brumário de Luís Bonaparte*. Boitempo Editorial.
- Marx, K. (2011b). *Grundrisse*. Boitempo.
- Marx, K. (2017) *O capital: crítica da economia política* [livro 1]. Boitempo.
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *Ideologia Alemã*. Boitempo.
- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Boitempo.
- Mészáros, I. (2004). *O poder da ideologia*. Boitempo.
- Mészáros, I. (2007). *O desafio e o fardo do tempo histórico*. Boitempo.
- Mészáros, I. (2009). *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. Boitempo.
- Moraes, D. (2016). *Crítica da mídia & hegemonia cultural*. Mauad X.
- Moraes, F. (2022). *A pauta é uma arma de combate*. Arquipélago.
- Moretzsohn, S. (2007). *Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Revan.
- Moura, C. (2014). *Dialética radical do Brasil negro*. Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi.
- Netto, J. P. (2023). *Lukács: uma introdução*. Boitempo.
- Pinassi, M. O. (2013). Nas sombras do obscurantismo: mulheres, política e religião. *Margem Esquerda*, (20), 91 - 101. Boitempo.
- Pontes, F. S. (2015). *Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo*. Insular.
- Roberts, M. (2023, 15 de dezembro). *O capitalismo, de novo, em crise existencial*. Outras Palavras. Recuperado de <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/capitalismo-de-novo-em-crise-existencial/>
- Russell, A. (2016). *Journalism as activism: recording media power*. Polity.
- Sánchez Vázquez, A. (2006). Ética e Marxismo. In A. A. Boron, J. Amadeo & S. González (Orgs.), *A teoria marxista hoje: problemas*

e perspectivas (pp. 287-296). Consejo latino-americano de Ciencias Sociales (Clacso).

Sánchez Vázquez, A. (2008). *Ética*. Civilização Brasileira.

Souza, R. B. R. de. (2018). A dialética da crise do jornalismo: o sociometabolismo do capital e seus limites estruturais. *Intercom: Revista Brasileira De Ciências Da Comunicação*, 41(2), 55–69. Recuperado de <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2492>

Srnicek, N. (2018). *Capitalismo de plataformas*. Caja Negra.

Tonet, I. (2007). Ética e Capitalismo. In S. Jimenez, R. Soares, M. do Carmo & C. Porfírio (Orgs.), *Contra o pragmatismo e a favor da filosofia da práxis: uma coletânea de estudos classistas* (pp. 47–62). UECE/IMO.

Vogel, L. (2022). *Marxismo e a opressão às mulheres rumo a uma teoria unitária*. Expressão Popular.

Williams, R. (2011). *Cultura e materialismo*. Editora Unesp.

Zuboff, S. (2021). *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Intrínseca.

RAFAEL BELLAN RODRIGUES DE SOUZA.

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), com estágio pós-doutoral na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP). Professor adjunto do curso de Jornalismo, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: rafaelbellan@yahoo.com.br

Dois pareceres utilizados na avaliação deste artigo podem ser acessado em <https://osf.io/vdx6m> e <https://osf.io/zsy2e> | Seguindo a política de ciência aberta da BJR, os avaliadores autorizaram a publicação do parecer e a divulgação de seus nomes.